

Crise sanitária: da Revolta da Vacina à pandemia de COVID 19

Health crisis: from the vaccine revolt to the COVID19 pandemic

Marina Gusmão de Mendonça¹

RESUMO

A atual pandemia de COVID-19 expôs alguns dos principais problemas enfrentados por diferentes países, bem como as contradições e fragilidades políticas e econômicas do mundo contemporâneo dominado pelo neoliberalismo. Nesse contexto, um dos aspectos mais graves é o negacionismo de governantes e setores sociais influentes que, muitas vezes, preconizam curas e drogas milagrosas, embora cientistas de todo o mundo sejam praticamente unânimes em informar que a vacina contra a COVID-19 é a única forma eficiente de controle da pandemia, e que a grande maioria da população precisa ser vacinada. No entanto, no Brasil, o presidente constantemente se declara contrário à vacinação, e não aceita a sua obrigatoriedade. Diante disso, partidos de oposição solicitaram um pronunciamento a respeito do Supremo Tribunal Federal (STF), que se declarou favorável à medida. Portanto, o quadro que se apresenta diante dos brasileiros é terrível e nos remete à Revolta da Vacina, ocorrida em novembro de 1904. Naquela ocasião, a população do Rio de Janeiro se levantou contra a tentativa do médico Oswaldo Cruz, então Diretor Geral de Saúde Pública, de implantar a vacinação obrigatória contra a varíola, doença que constituía verdadeiro flagelo para os cariocas. Em apenas uma semana, a cidade foi praticamente destruída e o presidente Rodrigues Alves enfrentou uma tentativa de golpe de Estado, numa rebelião desordenada, deflagrada a partir da divulgação do regulamento sobre a vacinação obrigatória. Dessa forma, lembrar o episódio de 1904, compreender suas motivações e analisar os interesses envolvidos mostra-se de suma atualidade, tendo em vista que um quadro semelhante parece se delinear diante de nossos olhos.

Palavras-chave: COVID-19. Pandemia. vacina obrigatória. Revolta da Vacina.

¹ Bacharel em História e em Direito pela Universidade de São Paulo (USP); Mestre e Doutora em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FLCH-USP); possui pós-Doutorado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – campus de Marília; Professora Adjunta do Departamento de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – Campus Osasco; Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (FFC-UNESP) – campus de Marília (endereço eletrônico: marinamendonca@uol.com.br).

Abstract: The current pandemic of COVID-19 exposed some of the main problems faced by different countries, as well as the political and economic contradictions and weaknesses of the contemporary world dominated by neoliberalism. In this context, one of the most serious aspects is the negation of influential government and social sectors that often advocate miracle cures and drugs, although scientists from all over the world are practically unanimous in informing that the vaccine against COVID- 19 is the only efficient way to control the pandemic, and that it will only be effective if the vast majority of the population is vaccinated. However, in Brazil, the president constantly declares himself against vaccination, and that he does not accept its mandatory nature. In light of this, opposition parties requested a statement regarding the Supreme Federal Court (STF), which declared itself in favor of the measure. Therefore, the situation that presents itself to Brazilians is terrible and reminds us of the “Revolta da Vacina”, which occurred in November 1904. At that time, the population of Rio de Janeiro stood up against the attempt by doctor Oswaldo Cruz, then General Director of Health Public, to implement the mandatory vaccination against smallpox, a disease that was a real scourge for Cariocas. In just one week, the city was practically destroyed and President Rodrigues Alves faced an attempted coup d'état, in a disorderly rebellion, triggered by the disclosure of the regulation on mandatory vaccination. In this way, remembering the 1904 episode, understanding its motivations and analyzing the interests involved is extremely relevant, given that a similar picture seems to be outlined before our eyes.

Key-words: COVID-19. Pandemic. Mandatory vaccine. Vaccine revolt. Vaccine rebellion.

Introdução

A atual pandemia de COVID-19 expôs alguns dos principais problemas enfrentados por diferentes países, bem como as contradições e fragilidades políticas e econômicas do mundo contemporâneo dominado pelo neoliberalismo. O confinamento, as formas confusas e inadequadas de esclarecimento para as populações, a gravidade da crise econômica desencadeada pela paralisação das atividades, o desconhecimento da comunidade científica a respeito da doença e a busca quase frenética por medicamentos e vacinas têm gerado incertezas, medo, pobreza, desemprego e até mesmo depressão em grande número de pessoas.

Nesse contexto, um aspecto dos mais graves é o negacionismo de governantes e setores sociais influentes que, muitas vezes, preconizam curas e drogas milagrosas sem qualquer embasamento científico, utilizando-se do medo de grande parte da população mundial para seus objetivos políticos e interesses econômicos.

Todo esse quadro gerou uma verdadeira corrida em busca de uma vacina contra a COVID-19. À parte a dificuldade de se conseguir desenvolver uma vacina eficaz em tão pouco tempo, há que considerar os problemas logísticos envolvidos, tendo em vista que jamais o mundo se viu diante da urgência de se produzir e ministrar uma droga nessa escala e em tão pouco tempo, o que implica, evidentemente, problemas de fabricação de vidros, rótulos, seringas, distribuição e – mais grave ainda – a falta de recursos nos países pobres para adquirir a vacina.

Como se não bastassem esses problemas, diversos governos têm se empenhado em criar dificuldades onde elas não existem, como é o caso do Brasil, em que o presidente se apresenta como garoto-propaganda de um medicamento sabidamente ineficaz contra a COVID 19 e com efeitos colaterais extremamente perigosos, além de só admitir uma vacina, aquela em desenvolvimento pela Universidade de Oxford, juntamente com laboratórios privados. Por outro lado, governadores de diversos estados se empenham em obter contratos de fornecimento de vacinas oriundas de outros países, como China e Rússia. O governo federal não aceita essas parcerias e procura até mesmo sabotá-las, tentando mobilizar a população contra uma possível obrigatoriedade de vacinação.

Como se vê, o quadro que se apresenta diante dos brasileiros é terrível e nos remete a um episódio ocorrido há quase 120 anos, quando a população do Rio de Janeiro se levantou contra a tentativa do médico Oswaldo Cruz, então Diretor Geral de Saúde Pública, de implantar a vacinação obrigatória contra a varíola, doença que, ao lado da febre amarela e da peste bubônica, constituía

verdadeiro flagelo para os cariocas. Em apenas uma semana, a cidade foi praticamente destruída e o presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves enfrentou uma tentativa de golpe de Estado, numa rebelião desordenada, deflagrada a partir da divulgação do regulamento sobre a vacinação obrigatória.

Saliente-se que, naquela época, o governo tinha uma postura inversa à atualmente adotada pelas autoridades federais: procurava impor a vacinação a toda a população, e empenhava esforços e recursos para isso. Hoje, o que se tem é a tentativa do presidente da República e de seus auxiliares de impedir que as pessoas se vacinem, por meio de atitudes de sabotagem à aquisição do medicamento e de insumos para a sua aplicação, bem como de uma propaganda diuturna contra a droga e ataques a governadores e prefeitos que procuram adquiri-la no exterior e mesmo produzi-la no Brasil.

Por outro lado, cientistas alertam que a vacina contra a COVID-19 só será efetiva se a maioria da população for imunizada, mas o governo federal procura impedir que isso aconteça, colocando-se contrário à vacinação obrigatória, a despeito da decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que julgou favoravelmente à compulsoriedade, sob pena de sanções.

Dessa forma, lembrar o episódio de novembro de 1904, compreender suas motivações e analisar os interesses envolvidos mostra-se de suma atualidade, tendo em vista que um quadro semelhante parece se delinear diante de nossos olhos. E, para isso, é preciso considerar que a vacinação obrigatória fazia parte de um projeto mais amplo, de reforma urbana e saneamento do Rio de Janeiro, desenvolvido a partir de 1902, durante o governo de Rodrigues Alves, e diretamente ligado aos interesses das oligarquias cafeeiras e do grande comércio importador-exportador.

Com efeito, a partir da Proclamação da República e, posteriormente, da implantação da Política dos Governadores, estes setores passaram a desenvolver uma política de cunho liberal (FAORO, 1987, v. 2), mas de caráter nitidamente autoritário, intervencionista e centralizador em alguns aspectos -, com o objetivo de proporcionar a plena inserção do Brasil no mercado mundial. Desse modo, um projeto de modernização, com vistas à completa transformação do Rio de Janeiro numa vitrine atrativa para capitais e imigrantes, tornava-se prioritário. Era preciso remodelar a cidade de acordo com os novos padrões urbanísticos europeus, dadas suas características tipicamente coloniais, com becos e ruas estreitos e tortuosos, além de pouco arejados, o que constituía um empecilho ao almejado progresso do País (HOLANDA, 1971).

Essa política gerou descontentamentos, não só nos grandes grupos marginalizados que compunham a maioria da população da cidade, e que tiveram suas condições de vida extremamente agravadas, como também provocou o acirramento da oposição dos excluídos do projeto político

liberal (jacobinos, positivistas, monarquistas e militares), imposto pelas grandes oligarquias agrárias (SCHWARTZMAN, 1988), tendo em vista que o projeto de remodelação e saneamento do Rio de Janeiro revestiu-se de um caráter extremamente autoritário e elitista, constituindo uma pioneira intervenção do Estado no espaço urbano, por meio da tentativa de alteração e até mesmo de eliminação de alguns dos hábitos mais arraigados da camada mais pobre da população.

1. Rio de Janeiro: evolução urbana, composição social e grupos de oposição

A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, fundada em 1565, permaneceu como uma pequena vila durante quase todo o período colonial. Somente com o desenvolvimento da mineração, no século XVIII, adquiriu relevância, em função da proximidade com os centros de extração de ouro e diamantes. A transferência da capital da colônia, de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763, marcou o início do crescimento da cidade e sua transformação, a partir de então, no maior centro urbano do país. Na época, a sociedade era composta basicamente de escravos, que eram a maioria, e de uma camada livre que se dedicava principalmente às atividades comerciais e artesanais. Esta população vivia toda concentrada na mesma área, pois a cidade, espremida entre o mar e os morros, tinha sérias limitações espaciais e sofria com a falta de meios de transporte adequados.

A transferência da Família Real para o Brasil, em 1808, contribuiu para o surgimento de uma nova camada, formada de funcionários ligados à burocracia, e de grande grupo cortesão. Isso gerou necessidades materiais até então inexistentes, levando ao desenvolvimento de novas atividades. E a abertura dos portos provocou uma ampliação da atividade comercial e o crescimento do movimento portuário.

Por ocasião da independência, o Rio de Janeiro tinha conhecido um pequeno crescimento espacial, mas ainda se limitava às regiões próximas às atuais zonas central e portuária. Todavia, já se podia observar uma diferenciação social na ocupação urbana, e as freguesias centrais constituíam os principais locais de habitação das camadas dirigentes, que também ocupavam chácaras que começavam a proliferar na direção da zona sul. Já as camadas populares, se fixavam nas freguesias correspondentes aos atuais bairros portuários de Gamboa, Santo Cristo e Saúde.

Com a ascensão da economia cafeeira na Baixada Fluminense e no Vale do Paraíba, ocorreu uma grande expansão das áreas próximas ao Rio de Janeiro, atraindo para a cidade considerável contingente de trabalhadores livres (nacionais e estrangeiros), ligados aos mais variados setores das atividades urbanas. Em consequência, houve um aumento da área ocupada da capital, em direção à zona sul (BERGER, 1965, p. 7-8). Intensificou-se também o tráfego em toda a Baía da

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

Guanabara. Por outro lado, novos bairros foram surgindo nas encostas montanhosas, como é o caso de Santa Tereza.

A partir de 1850, com a extinção do tráfico negreiro, a cidade recebeu investimentos de capitais anteriormente aplicados na aquisição de escravos, proporcionando o aumento das atividades econômicas ligadas ao comércio e às finanças. De outra parte, capitais estrangeiros começaram a ser investidos, principalmente no setor de serviços públicos. Contudo, o crescimento espacial e populacional da cidade requeria medidas da administração pública, que passou a empreender obras na década de 1850. Assim, em 1858, foi inaugurado o primeiro trecho da Estrada de Ferro D. Pedro II², permitindo o crescimento da cidade em direção aos subúrbios a partir da década de 1860. E, a partir de 1870, o bairro de São Cristóvão, local de residência da família imperial, começou a ser ocupado por estabelecimentos industriais (BERGER, 1965; LOBO, 1978; ABREU, 1987; ROCHA, 1983; DUNLOP, 1963).

Esse processo levou à transformação da cidade em centro comercial de uma grande área, com expressivo setor industrial e acentuada especulação imobiliária. Na década de 1890, o movimento imobiliário se acentuou, especialmente em decorrência da acumulação promovida durante o Encilhamento. Também a estagnação da agricultura nas regiões próximas ao Rio de Janeiro levou à aquisição dessas terras e à posterior venda em lotes menores, convertidos em chácaras. Ao mesmo tempo, parte do pequeno capital comercial era investida na produção de moradias para as camadas populares, por meio da aquisição de antigos casarões no centro da cidade, que eram subdivididos e alugados a famílias inteiras. Houve também um significativo desenvolvimento industrial, decorrente da proximidade dos mercados fornecedores de matérias primas e de grande mercado consumidor, representado pela própria cidade e por outros estados.

Assim, o Rio de Janeiro, convertido em Distrito Federal em 1892, era, no começo do século XX, a única cidade brasileira de porte, consistindo no núcleo da malha ferroviária do país, no maior centro comercial, na principal rede bancária e, tanto do ponto de vista do mercado de consumo como de mão de obra, o centro do desenvolvimento industrial. Paralelamente, a cidade assistia a um grande aumento populacional e a um processo de estratificação espacial, em que a zona sul tendia a ser ocupada pelas camadas mais abastadas, enquanto nas áreas central, portuária e suburbana concentravam-se as classes mais baixas³.

² Com a proclamação da República, a ferrovia passou a se chamar Estrada de Ferro Central do Brasil.

³ Para se ter ideia, entre 1890 e 1906, a população do Rio de Janeiro cresceu de 522.651 para 811.443 habitantes (RECENSEAMENTO DO BRASIL, 1920, p. XXI).

Em termos ocupacionais, essa população se dividia em quatro grandes grupos: 1) capitalistas (banqueiros, industriais, comerciantes e proprietários de imóveis); 2) uma camada intermediária, composta de profissionais liberais, intelectuais, funcionários públicos ligados à burocracia, militares, pequenos proprietários urbanos e comerciantes; 3) operários (artistas, trabalhadores do Estado, empregados em indústrias e das empresas de transporte) (FAUSTO, 1977); 4) uma grande massa, abrangendo 50% da população ativa, ocupada em serviços domésticos, ou sem profissão definida (CARVALHO, 1987, p. 76; NEEDLELL, 1985, pp. 13-14).

Diante desse quadro, alguns setores, oriundos principalmente das camadas médias, destituídos de participação política, passaram a desenvolver violenta oposição ao governo, especialmente a partir dos quadriênios Prudente de Moraes (1894-1898) e Campos Salles (1898-1902). Dentre estes setores, destacavam-se monarquistas (JANOTTI, 1986), positivistas (COSTA, 1956; LINS, 1967; PORTO, 1984; CARVALHO, 1984; NACHMAN, 1977), remanescentes do jacobinismo (QUEIROZ, 1986; CARVALHO, 1974), militares e alguns órgãos de imprensa, cujo representante mais importante era o *Correio da Manhã*, jornal fundado em 1901 e que rompia com o apoio incondicional ao governo Campos Salles (SODRÉ, 1966).

A partir do final de 1902, com a posse de Rodrigues Alves na presidência da República e o desenvolvimento do projeto de reurbanização e saneamento do Rio de Janeiro, todos esses setores, descontentes com a política implantada pelas oligarquias, se uniram em oposição ao governo, com o objetivo de desestabilizá-lo, o que ficou evidente com as revoltas de novembro de 1904.

2. A reforma urbana: objetivos, medidas e descontentamento

Desde o final do século XIX, o Rio de Janeiro apresentava inúmeros problemas urbanos, com problemas sanitários gravíssimos, escassez de moradias, poucas possibilidades de trabalho e um custo de vida muito elevado. Por outro lado, seu porto, embora fosse o maior do Brasil, passou a se mostrar totalmente desaparelhado para a quantidade e o calado dos navios que atracavam em seu cais, provocando o desvio de embarcações para outros pontos⁴. Além disso, a topografia da cidade, recortada por morros, baías e mangues, limitava a expansão urbana, o que era agravado pelo seu próprio traçado, em que predominavam características de urbanização colonial.

A Abolição tivera uma influência fundamental no aumento da população da capital, pois uma massa de ex-escravos passou a se dirigir a ela em busca de meios de sobrevivência. Havia

⁴ Desde a decadência da cultura cafeeira no Vale do Paraíba, a cidade se firmara como maior centro distribuidor de produtos importados e como mercado consumidor, apesar de permanecer como polo abastecedor das regiões centrais, como Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, bem como do Nordeste.

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

também os imigrantes estrangeiros, pois a maioria destes trabalhadores entrava no país pelo porto do Rio de Janeiro, e muitos ali permaneciam, sendo o maior contingente o de portugueses. Este movimento constituía um grande foco de tensões, porquanto a cidade não oferecia oportunidades de trabalho e habitações para uma população que crescia a uma taxa de 3% ao ano, sendo que aos estrangeiros eram reservadas as atividades mais promissoras ou, pelo menos, ocupações de caráter não eventual.

Essa profunda alteração demográfica agravou a questão habitacional, provocando a valorização dos imóveis e, conseqüentemente, o crescimento da especulação. Isto levou ao aproveitamento dos antigos casarões do centro para instalação de casas de cômodos e estalagens destinadas à população mais pobre, promovendo o desenvolvimento de um tipo de moradia extremamente precário, que se concentrava especialmente nas zonas central e portuária do Rio de Janeiro. Estas habitações coletivas eram um grande foco propagador de doenças, uma vez que suas instalações eram totalmente insalubres e anti-higiênicas⁵.

Na verdade, a questão da insalubridade constituía um problema crônico da capital da República. Cidade de clima úmido e excessivamente quente, ela era foco endêmico de várias moléstias, notadamente varíola, febre amarela, peste bubônica, cólera e tuberculose. E, assim, como vários outros centros urbanos que haviam conhecido um processo de crescimento acelerado, era periodicamente assolada por epidemias, prejudicando não só seu desenvolvimento, mas também o do próprio país, dada sua condição de capital e de maior porto da nação. Os estrangeiros eram os mais afetados pelas epidemias, especialmente as de febre amarela, doença tipicamente tropical, o que dificultava a atração de imigrantes, investimentos e estabelecimento de novas empresas (ATHAYDE, s.d.). A própria arrecadação alfandegária do Rio de Janeiro ficava prejudicada em função do desvio de navios para outros pontos do continente.

As epidemias constantes também causavam apreensão permanente em todas as camadas da população, notadamente nos setores mais abastados, que estavam também sujeitos à contaminação. Por outro lado, para os segmentos mais baixos, a convivência com as moléstias era motivo de grande temor, uma vez que elas comumente provocavam a desagregação de famílias inteiras, com a sucumbência do chefe, obrigando mulheres a sustentarem sozinhas uma prole numerosa ou condenando crianças a vagarem pelas ruas, na mendicância ou na criminalidade.

Dessa forma, a burguesia agrário-exportadora e os intelectuais ligados à classe média tradicional, que pretendiam desenvolver os instrumentos necessários à plena implantação de seu

⁵ A esse respeito, veja-se a bela descrição das casas de cômodos e das condições de vida de seus habitantes feita por Lima Barreto (LIMA BARRETO, s.d., pp. 60-61).

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

projeto liberal, procuraram transformar o Rio de Janeiro num polo de atração para capitais, investimentos e trabalhadores, isto é, uma verdadeira metrópole, entendida esta segundo os padrões franceses de urbanização, em voga desde a grande reforma de Paris, realizada pelo Barão de Haussmann, nas décadas de 1850/1860.

Ao assumir o governo, em 15 de novembro de 1902, Rodrigues Alves apresentou os pontos prioritários de seu programa, que se concentravam na reurbanização da capital, na reforma e no melhoramento de seu porto, e no saneamento da cidade⁶. Assim, o Rio de Janeiro foi palco de uma pioneira intervenção do Estado no espaço urbano, tanto por intermédio do governo federal como da administração municipal. Entretanto, o projeto demandava verbas de que o governo não dispunha, e sua viabilidade, portanto, dependia de crédito para financiamento das obras⁷.

A reforma urbana envolvia a organização de grandes esquemas de comunicações e transportes (BENCHIMOL, 1982, p. 481), e tinha quatro objetivos: 1) estratificação urbana do capital e criação de grandes espaços destinados ao lazer das camadas dominantes; 2) erradicação das frequentes epidemias que colocavam em risco a política do governo central de estímulo à imigração, ameaçavam a população em geral e comprometiam a reprodução da força de trabalho; 3) criação de vias de comunicação que atendessem às necessidades do movimento e do volume de mercadorias e da população; 4) adequação da estrutura portuária ao volume, à velocidade e à qualidade do momento comercial (BENCHIMOL, 1982, p. 662).

Rodrigues Alves nomeou para o cargo de prefeito da capital Francisco Pereira Passos, que passou a ser chamado, pelo Barão do Rio Branco, o Haussmann brasileiro. Era um engenheiro que estudara em Paris e que condicionou a aceitação do posto a que lhe fossem concedidos poderes especiais, o que foi plenamente assegurado. De modo geral, e num primeiro momento, a imprensa, inclusive a de oposição, apoiou a escolha, especialmente pelo fato de não pertencer Pereira Passos a qualquer partido político (CORREIO DA MANHÃ, 30/12/1902)

O prefeito começou por alterar radicalmente a legislação em vigor que regulava os usos e costumes da cidade, incluindo normas sobre edificações e desapropriações (BENCHIMOL, 1982). O verdadeiro cerco da prefeitura aos hábitos mais arraigados da população, especialmente aqueles das camadas mais baixas, constituiu a base a ser dada à grande realização do projeto de reforma

⁶ Do programa governamental constavam também apoio à produção, estímulo à imigração e à ocupação de solos férteis, incremento dos transportes e proteção à entrada de capitais, objetivos, portanto, consoantes com o projeto liberal de desenvolvimento a ser promovido pelas oligarquias hegemônicas.

⁷ Uma das primeiras medidas tomadas foi a criação de uma comissão encarregada do projeto que, em 24 de setembro de 1903, outorgou concessão a uma companhia inglesa para a construção de um novo cais para o porto. A assinatura do contrato, sem concorrência pública, provocou violenta reação por parte dos grupos de oposição ao governo e da imprensa, especialmente o *Correio da Manhã*.

urbana, isto é, a abertura da Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, que deveria ser construída nos moldes dos grandes *boulevards* abertos em Paris pelo Barão de Haussmann. Sua construção implicaria uma verdadeira onda de demolições dos antigos prédios da área central da cidade. Isto atingia o coração da capital, o local onde se concentravam as moradias da população que compunha a maior parte da força de trabalho. Além disso, destruía também o espaço onde se desenvolvia boa parte das atividades econômicas que proporcionavam a sobrevivência à camada não ligada ao grande capital, como formas artesanais e manufatureiras e até mesmo semifabris de produção, além do pequeno comércio e das atividades eventuais e de biscate.

Esta fase da reforma urbana do Rio de Janeiro passou a ser conhecida como “bota abaixo”, e se caracterizou pela demolição em massa dos prédios localizados na área central da cidade, ferindo interesses os mais diversos. Com isso, além de privar a camada mais pobre de suas habitações próximas aos locais de trabalho, sem que houvesse preocupação preliminar de acomodá-la, o Estado entrou em atrito também com o conjunto de proprietários dos imóveis localizados nas áreas atingidas pelo “bota abaixo”, entre os quais havia grande número de comerciantes portugueses, antigos aristocratas, profissionais liberais e viúvas que viviam das rendas de aluguéis. O conflito passou a se manifestar por cerrada oposição no Congresso e por meio da imprensa. Aliás, mesmo os jornais normalmente simpáticos ao governo começaram a apresentar artigos diários contra o projeto de remodelação da cidade⁸.

Entretanto, o maior efeito provocado pelo “bota abaixo” foi a alta vertiginosa do custo de vida. E a população pobre sofreria esse aumento mais que qualquer outra camada, pois as construções a serem feitas depois das demolições teriam que obedecer a determinados critérios estabelecidos no projeto, destinando-se, portanto, apenas às camadas ricas. Os pobres não teriam como pagar os aluguéis (VIEIRA, 1934, p. 83), restando-lhes somente a alternativa das favelas, que começaram a proliferar como única opção para esses grupos miseráveis. Quanto à pequena burguesia comercial e industrial das áreas atingidas, tudo indica que grande parte foi pulverizada, transferindo-se para os subúrbios ou simplesmente se proletarizando (BENCHIMOL, 1982, p. 464). Para os comerciantes que viviam da mercantilização de habitações, vestuário e víveres, a abertura da Avenida Central significou a perda do local-fonte de rendas, da clientela e, muitas vezes, da pequena propriedade urbana.

⁸ O *Correio da Manhã*, que passou a fazer ferrenha oposição à obra, quase todos os dias publicava notas dando conta da situação dos proprietários, especialmente no que tange às indenizações, que eram pagas de acordo com o valor declarado do imóvel. Havia também a suspeita, levantada pelo jornal, de que grandes negociatas estariam sendo feitas em relação a essas desapropriações, com enormes vantagens para alguns proprietários de imóveis demolidos.

Alguns grupos sociais, contudo, não foram prejudicados pela abertura da avenida, ao contrário. A parcela de comerciantes e pequenos industriais que puderam permanecer no local, totalmente transformado e valorizado, teve a possibilidade de ascensão social e enriquecimento. Ao mesmo tempo, a remodelação da cidade cumpriu seu papel de preparar o campo para o desenvolvimento das campanhas sanitárias de Oswaldo Cruz, especialmente contra a febre amarela, e que reforçaram o descontentamento dos grupos excluídos dos benefícios da reforma urbana, além de provocar o acirramento da oposição ao governo oligárquico.

3. O projeto de saneamento: progresso e autoritarismo

Os crônicos problemas de insalubridade do Rio de Janeiro necessitavam ser encarados com o máximo rigor, sob pena de colocarem por terra todo o restante do projeto de remodelação da capital da República. E, com exceção da febre amarela, doença tipicamente tropical, todas as demais moléstias que grassavam na capital eram características de cidades que conheceram um crescimento populacional muito acentuado⁹.

A partir de meados do século XIX, verificou-se nos países europeus que o grande índice de mortalidade da população estava diretamente vinculado à questão das péssimas condições de vida do proletariado urbano, o que chegava a comprometer o próprio desenvolvimento do capitalismo, uma vez que, além de prejudicar a reprodução da força de trabalho, impedia o necessário aumento da produtividade industrial. Nesse sentido, a camada dirigente europeia se viu obrigada a organizar tentativas de melhoria das condições de vida do operariado urbano, por meio da criação de serviços de saúde, vinculados ao Estado. Dessa forma, a partir da segunda metade do século XIX, institucionalizaram-se os serviços de saúde pública sob controle estatal, com a função de estabelecer algumas normas de conduta com vistas à defesa da população em geral. Entretanto, não se pode esquecer que se vivia o auge do liberalismo, e algumas regras impostas pelos organismos de saúde pública geraram inúmeros conflitos com proprietários de imóveis, comerciantes e industriais, que não aceitavam o poder médico e a intervenção direta do Estado nesse campo.

A emergência da bacteriologia veio trazer esclarecimentos à questão da causa biológica das doenças, permitindo que, a partir do final daquele século, os programas de saúde pudessem ignorar a relação entre doença e condições sociais. O conhecimento de que os micro-organismos produzem

⁹ O problema já havia se manifestado em vários centros europeus, especialmente na Inglaterra, cuja concentração urbana, decorrente da Revolução Industrial, se desenvolvera com rapidez extremamente acentuada e de forma totalmente desordenada (ENGELS, s.d.).

enfermidades passou a determinar os rumos das políticas de saúde pública adotadas a partir de então. Por seu turno, a descoberta dos animais como vetores de doenças propiciou um grande avanço no estudo das moléstias tropicais.

Embora a vacina antivariólica tivesse sido descoberta em 1798, foi somente quase um século depois que Pasteur chegou à elaboração da ideia de que seria possível a prevenção de doenças infectocontagiosas por meio da inoculação nos indivíduos de micro-organismos de virulência atenuada. Desenvolveu-se, então, a noção de imunologia, que passou a ter influência vital nos programas de saúde pública, a partir do início do século XX. A descoberta representava a possibilidade concreta de controle de moléstias epidêmicas sem que houvesse necessidade de grandes alterações nas condições de vida da classe trabalhadora. Instituições militarizadas de combate às epidemias e brigadas de vacinação foram organizadas, determinando-se ainda a obrigatoriedade de notificação em casos de doenças infectocontagiosas, especialmente nos locais cuja insalubridade representasse ameaça às cidades e à expansão colonial e imperialista europeia e norte-americana (SINGER, 1978; COSTA, 1983, BERLINGUER, 1978).

No que diz respeito ao Brasil, o aparecimento da medicina como ramo específico do conhecimento científico e o próprio crescimento econômico, verificado com a expansão da produção cafeeira a partir da segunda metade do século XIX, constituíram fatores determinantes para a evolução da saúde pública no país e a intervenção do Estado passou a se dirigir ao combate de doenças específicas, de caráter endemo-epidêmico, e que incidiam sobre a população de maneira indiferenciada¹⁰.

Nesse sentido, o projeto de saneamento do Rio de Janeiro, implantado a partir de 1903, implicava especialmente o combate à varíola e à febre amarela, e passaria a ser organizado pela Diretoria Geral de Saúde Pública, subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, tendo como médico sanitarista responsável Oswaldo Cruz. Excluía-se do projeto as moléstias cujas origens estivessem diretamente vinculadas às condições de vida e de trabalho, como é o caso da tuberculose. Ao mesmo tempo, a intervenção estatal passou a se orientar, quase exclusivamente, à zona central do Rio de Janeiro, justamente a área cuja insalubridade provocava os maiores transtornos aos projetos governamentais, tanto que os habitantes dos subúrbios foram praticamente excluídos das grandes preocupações dos organismos de saúde pública, o que revela, desde logo, o sentido eminentemente elitista da modernização e do saneamento da capital.

¹⁰ No caso brasileiro, a preocupação com a insalubridade das principais cidades, notadamente o Rio de Janeiro, não era nova: datava do período imperial, em que várias medidas de combate às epidemias foram ensaiadas sem, contudo, levar a um resultado satisfatório. No entanto, diversas iniciativas prosseguiram, inclusive já no período republicano.

Apesar de não ser a primeira vez que ocorria a intervenção do Estado nas questões sanitárias, o caráter de verdadeira operação de guerra de que se revestiu a ação de Oswaldo Cruz gerou sérios descontentamentos nos diversos segmentos da população do Rio de Janeiro, inclusive na burguesia e na pequena burguesia, que passaram a se opor às medidas impostas pela Saúde Pública por considerarem-nas lesivas às prerrogativas constitucionais que garantiam a propriedade privada e os direitos individuais, exatamente como já ocorrera na Inglaterra, em meados do século XIX.

O combate à febre amarela foi o primeiro passo da campanha, justamente por ser a moléstia de caráter endemo-epidêmico que mais vítimas fazia no Rio de Janeiro, principalmente durante os meses de verão. O diretor geral de Saúde Pública passou a aplicar a profilaxia já ensaiada por Emílio Ribas no controle da epidemia em Sorocaba, e por William Gorgas, em Havana, ambos em 1901, os quais consideravam o mosquito como único vetor da doença.

As medidas acarretaram uma grande desconfiança do corpo médico, que não aceitava o abandono das práticas tradicionais de combate à moléstia, provocando críticas na imprensa ao diretor geral de Saúde Pública (FRANCO, 1969; COOPER, 1975). E em março de 1903, quando da aprovação do Regulamento do Serviço de Profilaxia da Febre Amarela, que concedia a Oswaldo Cruz amplos poderes para desenvolver os trabalhos, a imprensa e setores da oposição passaram a designá-lo “Código de Torturas”, e a ação da Saúde Pública foi chamada de “despotismo sanitário”, títulos sob o quais eram publicados artigos quase diários nos jornais, especialmente no *Correio da Manhã*.

Os trabalhos de combate à febre amarela, desde o seu início, em abril de 1903, conjugaram ações repressivas e persuasórias, atuando por meio de brigadas mata-mosquitos e de publicações de “Conselhos ao Povo” (CORREIO DA MANHÃ, 21/10/1903), na imprensa e em folhetos distribuídos entre os habitantes da capital¹¹.

A eficácia da verdadeira guerra ao mosquito é indiscutível, pois, se na epidemia de 1891 a mortalidade foi de 4.454 pessoas, em 1904 esse número foi reduzido para apenas 48, no Rio de Janeiro. Todavia, a população pagou um preço excessivamente alto por esses resultados, uma vez que, durante a obra de saneamento, a Saúde Pública fechou mais de 600 habitações coletivas, que

¹¹ As brigadas foram organizadas com características nitidamente paramilitares. O Rio de Janeiro foi dividido em distritos, contando cada um deles com um delegado de saúde, médico demógrafo, seis a sete médicos auxiliares, inspetores sanitários e estudantes de medicina, que promoviam visitas periódicas aos domicílios, localizando e combatendo os focos de mosquitos. Chegaram a ser concedidos *habeas corpus* preventivos contra as investidas da Saúde Pública, mas Oswaldo Cruz enfrentava o Poder Judiciário antecipando-se aos mandados.

abrigavam cerca de 13.000 pessoas, e a prefeitura demoliu por volta de 20 casas, desalojando mais de 1.000 moradores (BENCHIMOL, 1982, p. 594).

Ao mesmo tempo em que se empenhava na eliminação da febre amarela, Oswaldo Cruz se viu obrigado a iniciar uma campanha de combate à peste bubônica, transmitida pelos ratos que proliferavam nas habitações coletivas, principalmente nas zonas central e portuária da cidade. Como os meios de combate à doença já estavam cientificamente assentados, não houve a resistência que alguns médicos vinham opondo aos métodos aplicados contra a febre amarela. Com o recrudescimento da moléstia, o Estado passou a empreender uma campanha de extermínio de ratos, especialmente na zona central. Para isso, a Diretoria Geral de Saúde Pública obteve a liberação, por parte do Estado, de um crédito especial, com o objetivo de proceder à compra dos ratos que fossem capturados pela população. Entretanto, a medida teve de ser suspensa, pois além de aparecerem criadores de ratos com o intuito de vendê-los aos organismos de higiene, começaram a surgir também os falsificadores, que vendiam animais de pano ou de cera (MENEZES, 1966, pp. 116-117).

Saliente-se que, desde o começo da administração Rodrigues Alves, a imprensa vinha alertando, com artigos e editoriais frequentes, para o problema crônico de falta d'água na capital, especialmente, nos meses de verão. Atacava-se o descaso com que o governo encarava um problema que atingia toda a população, ao mesmo tempo em que utilizava grande quantidade de recursos apenas para o embelezamento da cidade e para o combate, por meios discutíveis, da febre amarela. O recrudescimento da peste bubônica forneceu, portanto, o mote para o acirramento das críticas à negligência da administração pública (CORREIO DA MANHÃ, 14/10/1903), mesmo depois de a Saúde Pública ter logrado algum êxito em relação à doença, com a sensível diminuição do número de casos em 1904 (COSTA, 1983).

Enquanto se empenhava no combate à febre amarela e ao surto de peste bubônica, Oswaldo Cruz se viu obrigado a tomar medidas drásticas em relação à varíola, que reapareceu em 1904, com uma nova epidemia de grandes proporções¹². Diante disso, o governo, que já vinha acenando com a possibilidade de exigência de obrigatoriedade¹³, iniciou a elaboração de um projeto

¹² A questão de se procurar tornar obrigatória a vacina contra a varíola não era nova, tendo aparecido, pela primeira vez, em 1822. Um conjunto de leis tinha sido implantado desde o Império, mas as normas permaneceram letra morta. Apesar das discussões científicas acerca da validade da vacina, a maioria das opiniões do corpo médico era favorável a ela. Contudo, além da imperfeição do serviço de vacinação no período imperial, a falta de uma legislação coercitiva que, efetivamente, impusesse um caráter de obrigatoriedade, levou ao descaso em relação aos constantes apelos médicos (FRITSCH, 1984).

¹³ A partir do segundo semestre de 1903, começaram a aparecer na imprensa artigos contrários à vacinação compulsória, ao mesmo tempo em que o Instituto Vacínico Municipal publicava matérias em que se fazia a defesa da vacina.

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

de lei que, além de tornar compulsória a vacinação, garantisse o seu cumprimento. O projeto entrou em discussão no Senado em 29 de junho de 1904, tendo sido aprovado em 20 de julho. Em 18 de agosto passou à discussão na Câmara dos Deputados. Era draconiano, pois cercava o cidadão de todas as formas, uma vez que o atestado de vacinação, com firma reconhecida, seria exigido para o exercício de todas as atividades, desde matrícula de crianças na escola até obtenção de emprego.

Todavia, desde o início dos debates no Congresso, desencadeou-se violenta oposição por parte da imprensa¹⁴, de líderes positivistas, de liberais e parlamentares jacobinistas, inclusive com boletins afixados em ruas, muros e postes da cidade. A campanha parece ter obtido resultados imediatos, tendo em vista a acentuada diminuição do número de vacinações voluntárias, apesar de o governo fazer publicar nos jornais “Conselhos ao Povo”¹⁵. Na verdade, o propósito governamental de implantar a vacinação compulsória significava uma intervenção direta do poder público levada para dentro das casas e, em última instância, uma intervenção do Estado sobre o corpo do indivíduo. Nesse sentido, provocou uma resistência generalizada, até mesmo por parte da imprensa normalmente favorável ao governo¹⁶.

No Congresso Nacional, a oposição era liderada pelo senador e tenente-coronel Lauro Nina Sodré e Silva e pelos deputados Alexandre José Barbosa Lima e Alfredo Augusto Varella de Villares, os dois primeiros notórios jacobinos. O próprio Rui Barbosa, parlamentar indiscutivelmente liberal, passou a questionar a legitimidade da vacinação obrigatória, embora declarasse sempre haver se vacinado e à sua família. Para ele, o Estado exorbitava de suas funções, ao assumir o papel de árbitro no debate sobre a conveniência da vacinação, pois se a ciência se dividia quanto à inocuidade da vacina, a lei não poderia torná-la obrigatória (BARBOSA, 1955, p. 11). Fora do Parlamento, destacava-se, na reação, Vicente Ferreira de Souza, médico, professor e presidente do Centro das Classes Operárias, conhecido por suas tendências socialistas.

¹⁴ Os dois periódicos que tomaram posições rígidas contra o projeto governamental foram o *Correio da Manhã* e o *Comércio do Brasil*. O primeiro, dirigido por Edmundo Bittencourt, era um jornal liberal, de tendência antigovernista, sem ligações com o positivismo, e que se posicionava contra a vacinação obrigatória com base na exigência de respeito às liberdades individuais. O *Comércio do Brasil* foi fundado pelo deputado Alfredo Varella como veículo para sua declarada guerra contra as oligarquias, tendo circulado a partir de 1º de maio de 1904. Recebia colaborações inclusive de monarquistas.

¹⁵ Na verdade, não houve adequado esclarecimento da população, com utilização da imprensa, de conferências populares e sermões na Igreja. Deve-se, além disso, considerar que as publicações do governo dificilmente alcançariam seu objetivo de esclarecer o público e conquistar sua colaboração, tendo em vista que eram extremamente diminutas e não atingiam todas as camadas a que se dirigiam, principalmente pela existência de grande número de analfabetos.

¹⁶ A maior parte dos argumentos da oposição baseava-se em aspectos constitucionais e filosóficos, quais sejam, a santidade dos direitos individuais sobre os poderes coercitivos do Estado. Também argumentos de caráter científico, como a dúvida acerca da inocuidade da vacina, foram levantados. É importante salientar que, durante a campanha oposicionista, confundiam-se posições liberais e positivistas, filosóficas ou científicas.

Quanto aos positivistas, desencadearam verdadeira guerra contra a vacinação obrigatória. Escreviam artigos, panfletos e procuravam, na obra de Augusto Comte, os fundamentos para suas posições. Entretanto, como o filósofo nunca se manifestara especificamente sobre o assunto, a interpretação do Apostolado Positivista se limitava a impressões esparsas, extraídas de seus escritos. Com isso, a vacina se tornou objeto de litígio entre os próprios positivistas, pois muitos passaram a discordar das interpretações dadas pelos líderes do Apostolado à obra de Comte¹⁷.

Toda a propaganda desencadeada pelo Apostolado tinha como objetivo desacreditar a vacinação perante a opinião pública, e tornar impraticável a obrigatoriedade. Sua tática consistiu em inspirar verdadeiro terror na população, por meio da descrição dos efeitos adversos e de acidentes decorrentes de sua aplicação. Foi apoiado pela imprensa, que passou a publicar os artigos dos membros do Apostolado, bem como a dar notícias, com grande estardalhaço, de supostas vítimas de acidentes provocados pela inoculação da vacina (CORREIO DA MANHÃ, 17/7/1904). Não se poderia, contudo, responsabilizar os positivistas por quaisquer atos violentos praticados durante a campanha, pois, apesar da virulência de seus ataques, eles se limitavam a encontros, conferências, publicações na imprensa e distribuição de panfletos (PORTO, 1984).

Verifica-se, portanto, que a vacinação obrigatória foi capaz de juntar contra si as mais diversas correntes de opinião. E a radicalização do processo, que culminou com a Revolta da Vacina e o Levante Militar da Escola da Praia Vermelha, em novembro de 1904, foi decorrente, em grande medida, da atitude do próprio governo e das autoridades sanitárias, que ignoraram os protestos e insistiram na posição de tornar a vacinação obrigatória, presumindo que o descontentamento não passava de uma capa para a sabotagem política da administração e de seu programa.

Os setores que controlavam a máquina estatal tentaram deter esse processo, por meio de preparativos verdadeiramente bélicos para a imposição da medida. Esqueceram-se, no entanto, de que a insatisfação com o governo já era generalizada, e decorrente dos enormes prejuízos que vários segmentos da sociedade carioca vinham sofrendo desde o início da grande obra de reurbanização e saneamento da capital.

¹⁷ Os líderes positivistas não aceitavam o monopólio do exercício da profissão pelos médicos, bem como a imposição de uma higiene oficial regulamentada pelo Estado, exigência de notificação obrigatória das moléstias infecciosas, inspeção sanitária, remoção e isolamento de doentes, desinfecção, vacinação e soroterapia, todas medidas adotadas na Europa, a partir da segunda metade do século XIX. Passaram a denunciar também a existência de interesses comerciais escusos, que supostamente estariam por trás da campanha de vacinação. Questionavam a própria validade das estatísticas médicas, sob o argumento de que estas não poderiam fixar a porcentagem de doentes que morriam por receberem tratamento inadequado em decorrência de erro de diagnóstico. Preconizavam, dessa forma, a simples e boa administração dos serviços públicos, que seria suficiente para a solução dos problemas sanitários.

4. As revoltas de novembro

O projeto de lei que previa a implantação da vacinação antivariólica obrigatória teve rápida tramitação no Senado, e somente os senadores Lauro Sodré e Cândido Barata Ribeiro desenvolveram argumentações contrárias a ele, fundamentando-se em teses positivistas de garantia da liberdade espiritual e arguindo a inconstitucionalidade da medida. A seguir, o projeto foi enviado à Câmara dos Deputados, onde passou à fase de discussões em 18 de agosto. A partir de então é que se radicalizaram as posições contrárias à medida, e a questão da vacinação obrigatória ocupou as principais manchetes dos jornais oposicionistas. Por seu turno, o Apostolado Positivista continuou na sua atitude de atemorizar a população, com publicação e distribuição de panfletos em que eram narrados os casos mais escabrosos de supostas vítimas da vacinação. Também parte do corpo médico da cidade – que se sentira ferido em seu orgulho profissional desde o abandono completo, por parte da Higiene Oficial, das teses tradicionais sobre a profilaxia da febre amarela –, passou a fazer oposição à compulsoriedade de vacinação, e mesmo aqueles que defendiam este meio de combate à doença começaram a questionar a obrigatoriedade em si. A movimentação dos setores contrários à medida surtiu efeito, pois a média diária de inoculações espontâneas no Instituto Vacínico Municipal baixou rapidamente de 100 para 50 (CORREIO DA MANHÃ, 2/8/1904).

A primeira fase dos debates na Câmara teve início em 25 de agosto, e se encerrou em 6 de setembro. Mas foi realmente nas segunda e terceira fases de discussões que os ânimos se acirraram e verificou-se a completa radicalização das posições. Da parte dos opositores, a campanha tomou o aspecto de uma guerra declarada ao governo, tendo como órgão máximo de expressão o *Correio da Manhã*. Do lado governamental, passou-se à tentativa de obter a aprovação a qualquer custo, bem como a insinuações que procuravam caracterizar a campanha contrária à vacinação obrigatória como uma forma de manipulação da opinião pública, com o intuito de desestabilizar o governo de Rodrigues Alves.

Em 26 de outubro, a votação foi concluída e o projeto acabou aprovado sem emendas. Esse resultado, contudo, era mais ou menos previsto por aqueles que o rejeitavam. O que se tentava, na verdade, era tornar a sua aplicação impossível, por meio de violenta resistência da população, que transformasse a lei em letra morta. Finalmente, a norma foi sancionada pelo Presidente da República em 31 de outubro, e publicada no *Diário Oficial* em 2 de novembro, dependendo, a partir de então, apenas de regulamentação.

Na realidade, desde 17 de outubro, aniversário de Lauro Sodré, começara a haver intensa articulação de oposicionistas contra a medida. Naquele dia, dezenas de pessoas compareceram à

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

casa do senador para cumprimentá-lo, transformando a data numa manifestação de repúdio ao governo e de aclamação de Sodré como grande líder da resistência às arbitrariedades do governo. O *Correio da Manhã* deu enorme destaque à festa, e o governo se colocou de sobreaviso, pois uma alerta dado a José Joaquim Seabra, ministro da Justiça¹⁸, fez o general Antonio Carlos da Silva Piragibe, comandante da Brigada Policial, pôr a corporação de prontidão.

Em 5 de novembro, o *Correio da Manhã* publicou uma convocação à população civil e militar da capital para uma reunião a ser realizada no mesmo dia, às 20 horas, no Centro das Classes Operárias, instituição dirigida por Vicente de Souza. Ao evento compareceram cerca de 2.000 pessoas, tendo sido fundada a Liga contra a Vacinação Obrigatória, sob a presidência de Lauro Sodré e a participação de Vicente de Souza. No dia 9, no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, realizou-se uma reunião convocada por J. J. Seabra, em que se distribuiu o esboço de regulamento da vacinação obrigatória, elaborado por Oswaldo Cruz. Foram convidadas diversas pessoas com o objetivo de se formar uma comissão encarregada do estudo do projeto.

Apesar do caráter sigiloso que se procurou dar ao encontro, nesse mesmo dia o jornal *A Notícia* conseguiu publicar o projeto. A indignação contra o rigor do esboço repercutiu nos órgãos de imprensa e, no dia seguinte, praticamente todos o publicaram com grande destaque, atacando violentamente o governo. Até mesmo os defensores da vacinação obrigatória no Congresso passaram a fazer oposição ao regulamento (SEVCENKO, 1984). Dessa forma, o governo, que se empenhara na aprovação da medida, enfrentando toda a oposição contra ela desencadeada, ao entregar a elaboração do projeto de regulamento ao diretor geral da Saúde Pública conseguiu levantar contra si até mesmo vozes que lhe eram normalmente favoráveis. E a desenfreada reação popular que se seguiu à publicação mostrou o grau de insatisfação da população do Rio de Janeiro contra os métodos adotados pela Saúde Pública.

Com efeito, no dia 10 de novembro, quinta-feira, foi distribuída por toda a cidade uma convocação para que o povo comparecesse ao Largo de São Francisco, às 17 horas e 30 minutos, com o objetivo de participar de uma manifestação contrária ao Conselho Municipal e à execução da lei da vacinação obrigatória. Muitas pessoas se postaram no Largo à hora marcada, onde também se encontravam de prontidão as forças de infantaria e de cavalaria da polícia, bem como guardas civis. Grupos de populares se espalhavam pelas esquinas e, junto da estátua de José Bonifácio, esperavam pelos oradores que, no entanto, não apareceram.

Às 18 horas, um rapaz foi aclamado orador por um grupo e, de uma janela da Rua dos Andradas, começou a discursar. O povo afluíu para este ponto e, como o pronunciamento fosse

¹⁸ O ministro era conhecido como J. J. Seabra.

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

de cunho humorístico, todos aplaudiram. Quando o rapaz tentou se retirar, a multidão passou a acompanhá-lo ao longo da Rua do Ouvidor, onde o comércio fechou as portas. O titular da 4ª Delegacia Urbana, Ernesto Garcez, procurou intervir, com o objetivo de liberar o tráfego, mas como o rapaz continuasse a se manifestar, foi acompanhado pelo delegado. Subiram todos novamente a Rua do Ouvidor, até o Largo de São Francisco, onde um grupo passou a gritar “abaixo a vacinação obrigatória!”. A partir desse momento, começaram a ser atiradas pedras de vários lados e, quando a cavalaria se aproximou, os protestos aumentaram. Por ordem do 2º delegado auxiliar, a cavalaria investiu contra os populares, que continuavam vaiando e jogando pedras. Com a chegada de reforços, houve debandada, mas novas manifestações ocorreram na Praça Tiradentes. Nestes incidentes foram presas 13 pessoas.

No dia seguinte, vários grupos começaram a se reunir no Largo de São Francisco desde as 16 horas, pois fora anunciado um encontro de protesto contra a vacinação obrigatória. Com isso, houve grande concentração de policiais no local. Pouco antes das 18 horas, um indivíduo subiu na estátua de José Bonifácio e, ao gritar “senhores!”, foi cercado e preso pela polícia. Enquanto os donos dos quiosques e lojas eram intimados pela cavalaria a cerrarem seus estabelecimentos, a multidão começou a levantar gritos contra a vacina. A partir desse momento, a cavalaria investiu contra a massa, enquanto garotos atiravam bombas.

No sábado, dia 12 de novembro, estava marcada para as 20 horas uma reunião da Liga contra a Vacina Obrigatória, no Centro das Classes Operárias. Desde as 18 horas formavam-se grupos nas regiões próximas, e na Rua do Teatro davam “morras!” à polícia e “vivas!” ao Exército. Um piquete de cavalaria, recebido a pedradas, avançou sobre a multidão, que invadiu uma leiteria, quebrando todo o estabelecimento. Neste local foram disparados alguns tiros. Enquanto isso, em frente ao Centro das Classes Operárias, mais de 4.000 pessoas aguardavam Lauro Sodré e Barbosa Lima, que foram muito aplaudidos quando chegaram. Às 20 horas começou a reunião.

Em seu discurso, Sodré declarou que o povo deveria procurar ver ao governo que era capaz de respeitar a lei e, para isso, deveria sobrepor a Constituição a toda e qualquer lei iníqua. Terminou sua intervenção com “vivas!” a Benjamin Constant, Floriano Peixoto e à República. Barbosa Lima, por sua vez, atacou a vacinação obrigatória e afirmou que o povo não deveria suportar o jogo dos fazendeiros. Vicente de Souza declarou que a população não podia acreditar na afirmação do ministro da Justiça, de que o governo não endossava o esboço de regulamento da lei de vacinação.

A sessão terminou pouco depois da 21 horas. Uma multidão de cerca de 3.000 pessoas se encaminhou, então, para a Rua do Ouvidor, dirigindo-se ao Palácio do Catete. Ao passar pela Rua da Glória, pararam em frente à casa do deputado Alfredo Varella, que discursou da janela, dizendo

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

que não era ainda chegado o dia convencionado, sem esclarecer, no entanto, a que se referia. Em seguida, a população continuou sua marcha para o Catete.

O Palácio estava fortemente guardado pela polícia e pelo Exército. Ao chegar, o povo começou a vaiar J. J. Seabra, Oswaldo Cruz e a polícia. Ao mesmo tempo, aclamava o Exército e o presidente da República. A multidão só se dispersou por volta das 22 horas. Quando passava pelo Palácio do Catete, o general Piragibe foi fortemente vaiado e alguns tiros foram desfechados contra seu carro. Logo a seguir, no Largo da Lapa, houve novas vaias ao general, que mandou sua escolta atacar a multidão. Houve grande tumulto e muitos tiros. Ao mesmo tempo, foi apagada toda a iluminação da Rua das Laranjeiras. E nas Águas Férreas, depois das 23 horas, foram apedrejados alguns bondes da Companhia Jardim Botânico, enquanto eram apagados os combustores da iluminação pública da Estação Corcovado.

Para o domingo, dia 13, estava prevista nova reunião da comissão encarregada de elaborar o regulamento da lei de vacinação obrigatória. O evento durou duas horas, terminando às 15 horas e 30 minutos. Entretanto, desde as 14 horas começava enorme tumulto na Praça Tiradentes. Ao passar pelo local, em carro aberto, o Dr. Antonio Augusto Cardoso de Castro, chefe de Polícia, e o general Piragibe foram vaiados e apedrejados. Como o chefe de Polícia mandasse atacar o grupo, houve grande tiroteio, enquanto parte da multidão, refugiada num restaurante, respondia com arremesso de pratos e garrafas. A praça foi evacuada e todas as entradas das ruas que ali desembocavam foram tomadas por forças de cavalaria e infantaria.

Mas na Rua do Sacramento houve violento conflito entre o povo e a cavalaria. A multidão atirava paralelepípedos contra os combustores de iluminação, e em frente ao Tesouro e na extensão da Avenida Passos, gritava contra o governo, a polícia e a vacina, ao mesmo tempo em que aclamava o Exército. Bondes foram virados e incendiados, e suas carcaças se transformaram em trincheiras. As armas eram feitas de pedaços de ferro, balaústres e postes de iluminação. A partir desse momento, o tumulto se estendeu por toda a cidade e também pelos bairros. Para se ter ideia da violência, somente no centro foram destruídos 13 carros da Companhia Carris Urbanos. Também em alguns bairros bondes foram quebrados e os lampiões das ruas arrancados. A calma só se restabeleceu a partir das 3 horas da manhã, enquanto ruas e praças eram guardadas por numerosos contingentes.

Contudo, logo às 7 horas do dia 14, segunda-feira, recomeçaram os tumultos, que continuaram por todo o dia, com fúria ainda maior, mesmo depois de o ministro da Justiça haver declarado que o diretor geral de Saúde Pública abria mão da imposição da vacina, e de o chefe de Polícia ter mandado afixar, em todos os postes e muros da cidade, uma advertência à população.

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

Os bairros marítimos de Gamboa e Saúde converteram-se em verdadeiras praças de guerra. Os populares atacaram e tomaram conta da 3ª Delegacia Urbana, portando bombas de dinamite e armas de fogo, e assaltando também o Moinho Inglês.

Aliás, desde cedo a maior resistência popular se verificava na Saúde. Às 13 horas, uma força de 150 homens da Marinha foi enviada, por mar, para aquele bairro, com o objetivo de atacá-lo. Os grupos populares se entrincheiravam numa casa da Rua da Harmonia, onde havia grandes barricadas formadas com sacos de areia, paralelepípedos e pedaços de pau. Calcula-se que houvesse mais de 2.000 pessoas ali concentradas, incendiando carros e carroças para reforçar as defesas. Este verdadeiro forte passou a ser denominado Porto Arthur¹⁹. Nos muros das casas os populares tomavam posição, munidos de pedras e telhas, canos de ferro, além de armas como canhões, revólveres, facas, carabinas e espingardas. Desse ponto em diante não havia mais um combustor de gás em pé, e os postes telefônicos tinham sido arrancados (JORNAL DO COMMERCIO, 15/11/1904).

As forças governamentais procuravam, a todo custo, restabelecer a ordem na cidade conflagrada. A repressão à revolta era violenta e, ao mesmo tempo em que a polícia tentava conter a multidão, procurava também anular as possíveis lideranças dos tumultos. Assim, Vicente de Souza foi preso no Largo da Lapa, depois de ter participado de uma reunião no Clube Militar, sendo recolhido ao Estado Maior da Brigada Policial (MENDONÇA, 1988).

Todavia, nesse mesmo dia 14 de novembro, o governo foi obrigado a abandonar as tentativas de controle do motim popular, tendo em vista as notícias alarmantes sobre um levante militar que envolvia a Escola Militar do Brasil, na Praia Vermelha, e a Escola Preparatória e de Tática do Realengo, e que parecia, realmente, pôr em perigo o mandato de Rodrigues Alves. Diante disso, a força policial se retirou do centro da cidade, deixando a região abandonada nas mãos da multidão.

Durante a tarde ocorrera, como já mencionado, uma reunião no Clube Militar, à qual estiveram presentes civis e militares, entre eles os generais Silvestre Travassos e Olímpio da Silveira, o senador Lauro Sodré, o deputado Alfredo Varella, o major Agostinho Gomes de Castro, o capitão Antonio Augusto de Moraes, Vicente de Souza, Arthur Rodrigues da Silva, e Luiz Pinto Pereira de Andrade, este último homem de confiança dos monarquistas. Ficou estabelecido que o general Travassos e Lauro Sodré seguiriam para a Escola Militar do Brasil, e que o major Gomes de Castro

¹⁹ O nome Porto Arthur é uma referência à fortaleza localizada no extremo oriente do território russo, e que passou a ser considerada inexpugnável, tendo em vista a resistência que opôs aos japoneses durante vários meses na guerra de 1904-1905.

e o capitão Moraes, acompanhados de Arthur Rodrigues da Silva e Pinto de Andrade, deveriam se dirigir para o Realengo (CONSELHO DE GUERRA, 1905, pp. 116-124).

O general Hermes Rodrigues da Fonseca, comandante da Escola, retirava-se do Realengo de trem, por volta das 17 horas, quando viu descenderem do comboio que vinha da cidade aquelas pessoas. Resolveu, então, retornar à Escola. Quando lá chegou, o major Gomes de Castro já havia entrado no pátio, dando “vivas!” à República, enquanto Pinto de Andrade gritava “prendam o general!”. Entretanto, alunos e oficiais reagiram prontamente, prendendo os revoltosos, com exceção do capitão Moraes, que conseguiu fugir (CONSELHO DE GUERRA, 1905, pp. 33-34). Terminava assim, de maneira quase patética, a tentativa de sublevação da Escola Preparatória e de Tática do Realengo.

Enquanto isso, pouco depois das 16 horas, chegara à Escola Militar do Brasil, na Praia Vermelha, seu comandante, o general José Alípio Macedo da Fontoura Costallat. Logo depois, apresentaram-se na Escola o general Travassos e o senador Sodré, acompanhados de Alfredo Varela, além de vários civis e oficiais. O general Travassos depôs o general Costallat, que não ofereceu qualquer resistência.

As ordens do novo comandante foram imediatamente cumpridas: retirar do parque a artilharia da Escola; recrutar alguns trabalhadores das pedreiras da Urca e de Botafogo, para ajudarem na tração da artilharia; substituir a guarda da Escola por uma nova, formada por cadetes; destacar um pelotão de cadetes para a pedreira de Botafogo, com o fim de assegurar a marcha para o Catete; enviar uma das baleeiras à Fortaleza de São João, para buscar munição; colocar a Escola em forma, devidamente armada.

Contudo, o barco enviado à Fortaleza de São João não retornou no prazo previsto, evidenciando o fracasso daquela missão. Apesar da falta de munição, a Escola começou a marchar logo depois das 22 horas. Em seguida, aderiram a ela um esquadrão do 1º Regimento de Cavalaria e uma companhia de artilharia (LOBATO FILHO, s.d., pp. 98-100).

O enfrentamento entre a Escola Militar e as forças do governo deu-se na Rua da Passagem, em Botafogo. As ruas do bairro estavam às escuras, em virtude da destruição dos combustores e lâmpadas. O general Piragibe, auxiliado pelo 1º Batalhão de Infantaria do Exército, mandou atirar e, nesta primeira carga foi ferido o general Travassos. O combate durou menos de meia hora, mesmo porque a munição da Escola logo se esgotou. O senador Lauro Sodré, também ferido, foi retirado do centro da luta. Com isso, a tropa remanescente bateu em retirada, recolhendo-se à Praia Vermelha.

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

A notícia do fracasso do levante logo chegou ao Palácio do Catete, e alguns navios de guerra foram enviados para tomar posição nas proximidades da Escola. O ministro da Guerra, marechal Francisco de Paula Argolo, incumbiu o coronel José Caetano de Faria de comandar a tropa que deveria dominar os rebeldes. Não houve a menor resistência por parte dos alunos, que foram divididos em pelotões e conduzidos em bondes ao Quartel General do Exército, onde permaneceram presos. Aqueles que deveriam responder a Conselho de Investigação foram mantidos incomunicáveis (LOBATO FILHO, s.d; BARRETO, 1917; CARVALHO, 1964; SODRÉ, 1970; PEIXOTO, 1960). Diante do agravamento da situação no Rio de Janeiro, o governo pediu reforços em outros estados.

O que realmente chama a atenção é a total falta de preparo no levante, considerando-se os erros militares cometidos. De outra parte, o governo parecia esperá-lo, haja vista a reação imediata e a prontidão de várias forças. E, a partir do momento em que a rebelião militar foi sufocada, o governo decidiu combater com energia todos aqueles que lhe faziam oposição sistemática, tanto que o *Correio da Manhã* teve sua publicação suspensa a partir do dia 15 de novembro.

Contudo, a população revoltada do Rio de Janeiro não arrefeceu os ânimos e, a partir do dia 15 de novembro, verificou-se a efetiva participação operária na rebelião. Nesse dia foi deflagrada a greve geral dos estivadores e foguistas, com a paralisação do tráfego de lanchas na baía da Guanabara, e sublevaram-se mais de 600 operários das indústrias de tecidos Carioca e Corcovado e da Fábrica de Meias São Carlos, todas na Gávea. Os trabalhadores quebraram vidros e máquinas. Nas ruas, destruíram combustores, arrancaram paralelepípedos, atacaram bondes e atiraram contra casas. Por fim, invadiram a 19ª Delegacia, destruindo todo o mobiliário e arrombando as grades das celas. Houve pouca resistência, e os operários gritavam “morra a polícia!”.

Apesar de a cidade toda ter tomado um aspecto caótico, foi na Saúde, onde se erguia Porto Arthur, que se verificaram os mais violentos combates. Por volta das 22 horas do dia 15 de novembro, as barricadas começaram a ser atacadas por grande contingente do corpo de infantaria da Marinha. O fogo convergia principalmente para Porto Arthur, mas os amotinados resistiam com tiros e bombas de dinamite.

Ao mesmo tempo, continuava a repressão à Escola Militar do Brasil. Alunos e corpo docente foram detidos e a munição e os armamentos foram recolhidos. O general Travassos, ferido na perna, foi preso e transferido para o Hospital Central. Lauro Sodré e Alfredo Varela permaneciam foragidos. E em 16 de novembro, quarta-feira, o governo enviou ao Congresso, com pedido de urgência, projeto de lei que implantava o estado de sítio por 30 dias, no Distrito Federal

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

e na comarca de Niterói, o que foi concedido. Também nesse dia, Rodrigues Alves assinou decreto que determinava o fechamento da Escola Militar do Brasil. Por outro lado, o governo procurava aplacar os motivos da oposição, suspendendo a censura ao *Correio da Manhã*. Contudo, os conflitos populares continuavam.

Foi expedida ordem de prisão contra todos os membros da Sociedade Regeneradora dos Estivadores, que a polícia considerava como cabeças do movimento popular. Ao mesmo tempo, os presos começaram a ser enviados para a Ilha das Cobras. Porém, à medida que a repressão se tornava mais forte, o ânimo da multidão foi diminuindo. Somente Porto Arthur, na Saúde, permanecia como uma fortaleza inexpugnável.

Na tarde de 16 de novembro, um grupo abandonou as fortificações e tentou assaltar o posto de bombeiros da Gamboa. O chefe dos rebeldes era Horácio José da Silva, um indivíduo negro, alto, apelidado Prata Preta, que empunhava um revólver em cada mão. Com a resistência das forças governamentais, o grupo debandou, e Prata Preta permaneceu sozinho lutando contra os soldados. Finalmente foi preso e posto em camisa de força, pois continuava a resistir.

Com a prisão do líder, a resistência de Porto Arthur começou a arrefecer. A partir das 19 horas, o 7º Batalhão de Infantaria penetrou naquilo que já estava se tornando uma lenda no Rio de Janeiro conflagrado. Entretanto, assim que foi desencadeado o ataque, os amotinados debandaram. As bombas de dinamite – verificou-se então – não passavam de pedaços de madeira envoltos em papel prateado, tendo nas pontas pedaços de arame. Os canhões não eram mais que postes de combustores de gás. Porto Arthur era, na verdade, um grande blefe, mantido pela coragem de seu líder.

O terror da repressão também fez os estivadores, em greve, voltarem atrás. E no dia 17 de novembro, exatamente uma semana após o início do conflito, a calma foi voltando à cidade, com a limpeza das ruas e a reposição das lanternas e combustores de iluminação pública. A rebelião estava dominada. O general Hermes da Fonseca mandou prender, no quartel do 5º Regimento de Artilharia, 81 alunos da Escola do Realengo que se haviam solidarizado com os colegas da Praia Vermelha. Quanto aos alunos da Escola Militar do Brasil, começaram a ser removidos para estados do sul do país, e os instrutores dos ensinos teórico e prático foram dispensados (MENDONÇA, 1988).

No dia 18 de novembro teve início o inquérito policial para apurar as responsabilidades nos distúrbios. Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto, admitiu ter escrito cartas a correligionários monarquistas, pedindo que assinassem o jornal de Alfredo Varela, como meio de oposição ao governo. Já Vicente de Souza procurou afastar de si qualquer responsabilidade,

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

negando tivesse participado da reunião do Clube Militar, em 14 de novembro, sob a alegação de que sabia que ali se conspirava contra o governo. No dia seguinte, Lauro Sodré se apresentou, sendo preso no 16º Batalhão de Infantaria, onde permaneceu incomunicável. Posteriormente, foi transferido para o Arsenal da Marinha e, de lá, para o encouraçado Deodoro. Em seu depoimento, confirmou que participara da rebelião, mas alegou que esta não passava de um movimento de protesto da juventude contra o procedimento do ministro da Justiça.

Estavam, dessa forma, encerrados sete dias de violência e pânico no Rio de Janeiro. Ao fim dos distúrbios, havia, oficialmente, 21 populares mortos, além de 3 alunos da Escola Militar do Brasil. No dia 22 de novembro faleceu também o general Travassos, vítima de gangrena. Havia, entretanto, incontáveis feridos e um rastro de destruição.

As autoridades não tinham sido capazes de perceber a que ponto chegara a insatisfação com as medidas que, desde o começo de 1903, vinham alterando radicalmente o cotidiano da população (SANTOS, 1980). Ao insistir na implantação de mais uma norma de caráter coercitivo, o governo apenas deu o mote para que se deflagra-se, de maneira violenta, o protesto. A oposição, por sua vez, usou de todos os artifícios para se fazer ouvir, e conseguiu, efetivamente, acirrar os ânimos da população descontente. Entretanto, pelo que transparece do despreparo da rebelião militar, as forças organizadas não contavam com uma reação tão violenta da população do Rio de Janeiro.

Com a decretação do estado de sítio, em 16 de novembro, a polícia desencadeou uma verdadeira operação de caça a todos aqueles que passaram a ser considerados responsáveis pela desordem. Com isso, mais de 500 pessoas foram enviadas para a Ilha das Cobras. O governo decidiu, então, mandá-las para o Acre, recém-adquirido da Bolívia. Para isso, bastou consultar os livros das delegacias, da Casa de Detenção e do Gabinete de Identificação. Qualquer anotação anterior em um desses locais passou a constituir prova suficiente da necessidade de eliminação dessas pessoas da cidade. O governo cumpria, assim, mais uma etapa na sua obra de remodelação e saneamento do Rio de Janeiro, livrando-se daqueles que mostravam a face da miséria da capital. Quanto ao levante militar e à tentativa de deposição de Rodrigues Alves, a repressão desencadeada foi muito mais branda: em mensagem enviada ao Congresso, em 16 de novembro, juntamente com a solicitação de autorização para decretar o estado de sítio, o governo pedia também a suspensão das imunidades parlamentares e a consequente licença para processar o senador Lauro Sodré e os deputados Barbosa Lima e Alfredo Varela. Dos três, apenas Lauro Sodré se apresentara e fora preso, permanecendo foragidos os demais.

A partir de então, passou-se a procurar uma explicação para a violência da revolta popular e para o levante militar. Na falta de justificativa mais convincente, a culpa foi colocada, simultaneamente, sobre monarquistas e remanescentes do jacobinismo (RELATÓRIO, 1905, p. 13). Todavia, a prolongada situação de irregularidade e arbitrariedade, em que pessoas permaneciam presas sem andamento dos inquéritos e dos processos, além da prorrogação sucessiva do estado de sítio, levou Rui Barbosa a apresentar ao Congresso, em 4 de agosto de 1905, projeto de anistia, sob o argumento de ilegalidade e inconstitucionalidade de todo o processado, principalmente por considerar a Justiça Militar incompetente para julgar os réus, além de não lhes ser garantido o pleno exercício do direito de defesa (BARBOSA, 1952, v. 32, pp. 19-38).

O projeto foi aprovado pelo Congresso em 18 de agosto, e a lei sancionada em 1º de setembro de 1905. Antes, porém, o governo tratou de anular a influência positivista, bem como os resquícios de jacobinismo e florianismo das escolas militares, alterando todo o Regulamento do Ensino Militar, de forma a torná-lo mais prático e profissional (KLINGER, 1958, p. 42)..

5. Considerações finais

A ideia de progresso, no Brasil, integra, desde a segunda meados do século XIX, o discurso das camadas dominantes e da maioria de seus intelectuais e, com as transformações políticas e econômicas do final do período, esta concepção passou a dominar todas as vertentes do pensamento brasileiro, fossem elas democráticas ou autoritárias, liberais ou socializantes, ocupando o lugar até então preenchido pela religião. E, como tal, a ideia de progresso teria de ser admitida de forma global, abrangendo todos os aspectos da vida, individual e coletiva.

Todavia, e em que pese o discurso liberal das camadas dominantes, elas têm, em grande medida, construído uma concepção de progresso avessa ao desenvolvimento de uma ideologia que permita, efetivamente, transformações estruturais na sociedade, servindo apenas como instrumento de promoção da acumulação capitalista, sem a contrapartida na alteração dos sistemas tradicionais de dominação.

Evidenciam-se, pois, as limitações do liberalismo consubstanciado na Constituição de 1891 e implantado pelos grupos oligárquicos: um liberalismo não democrático e excludente, que garantia o direito à participação política apenas a uma pequena parcela da população – exatamente aquela ligada aos interesses da grande empresa agrário-exportadora. Às demais camadas restava a conformação aos projetos oligárquicos e, como se verificaria na política de valorização do café adotada a partir do Convênio de Taubaté, em 1906, arcar com o ônus da “socialização das perdas”.

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

Nesse sentido, o projeto de reurbanização e saneamento do Rio de Janeiro configurava-se como um elemento de conquista do progresso, por meio da continuidade da política econômica implantada a partir do quadriênio Campos Salles (1898-1902), a qual deveria levar à total subordinação da economia brasileira ao grande capital internacional.

Esse projeto revestiu-se de um caráter fortemente autoritário, sem qualquer consulta aos grupos e camadas diretamente envolvidos, e representando uma intervenção do Estado em todos os setores da vida econômica e social da população do Rio de Janeiro, inclusive no que diz respeito à liberdade sobre o próprio corpo. Essa intervenção – embora necessária no que diz respeito ao saneamento, dado o verdadeiro flagelo representado pelas epidemias frequentes –, não levou em consideração as condições de trabalho e de moradia das camadas mais baixas da população. Estas se viram, repentinamente, privadas de habitações e empregos, enfrentando uma grande alta do custo de vida, além de serem obrigadas a abdicar de hábitos e costumes extremamente arraigados. De outra parte, os grupos de oposição viram no descontentamento popular um elemento capaz de provocar a desestabilização dos setores hegemônicos no poder.

Chama a atenção a violência com que o governo reprimiu a revolta popular, eliminando da zona central da cidade aqueles indivíduos que não estavam de acordo com os padrões de eficiência e disciplina exigidos pelo capital. Já os setores militares que ousaram enfrentar o poder oligárquico foram tratados com certa brandura, inclusive pela concessão de anistia, o que os livrou de serem submetidos a julgamento em Conselho de Guerra. Os responsáveis, segundo o governo, seriam os de sempre, isto é, os monarquistas, que teriam se utilizado da população e do elemento armado com o objetivo de derrubar o poder constituído e implantar uma ditadura militar, à qual sucederia a restauração do regime imperial.

Na realidade, ao governo não mais interessava levar os processos adiante. A rebelião militar, inspirada em teses positivistas, e liderada por remanescentes do jacobinismo, tinha fracassado. Por outro lado, os monarquistas constituíam um grupo fadado ao desaparecimento, inclusive por sua incapacidade de encontrar alguém que simbolizasse a mística do trono. Assim, as oligarquias não mais se sentiam ameaçadas e, portanto, podiam fazer concessões a seus adversários. Quanto à população que se revoltara ao longo de uma semana, transformando o Rio de Janeiro numa praça de guerra, tinha sido devidamente dominada e afastada, levada para os subúrbios ou para as favelas, que continuaram a proliferar nas encostas dos morros. E aqueles que ousaram contestar de maneira mais veemente a nova divisão social do espaço urbano foram, depois de presos e recolhidos à Ilha das Cobras, simplesmente despachados para o Acre em paquetes do Lloyd Brasileiro, talvez como

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

instrumentos de povoação forçada do novo território, sem que deles se tivesse mais qualquer notícia.

Assim, mesmo depois das revoltas de 1904, o governo manteve integralmente seu propósito de adequar a capital da República aos novos padrões exigidos pelo capital, por meio da implementação de um projeto autoritário, elitista e excludente. Tanto isto é verdade que, em 1907, quando Oswaldo Cruz propôs um programa de combate à tuberculose, doença típica das más condições de trabalho, higiene e alimentação, e que atingia, portanto, principalmente a população mais pobre do Rio de Janeiro, não recebeu o apoio necessário à sua concretização.

Referências

CONSELHO DE GUERRA: Capital Federal, 1905. Réus: Major Agostinho Raymundo Gomes de Castro, do Corpo do Estado Maior do Exército e Capitão Antonio Augusto de Moraes, do Estado Maior de Artilharia.

CORREIO DA MANHÃ, 1902, 1903 e 1904.

JORNAL DO COMMERCIO, 1903 e 1904.

RECENSEAMENTO DO BRASIL (Distrito Federal) – Realizado em 20/9/1906. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1907.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Dr. J. J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores pelo Dr. A. A. Cardoso de Castro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

Livros, Artigos e Teses

ABREU, Mauricio de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplanrio/Zahar, 1987.

ATHAYDE, Raimundo de. *Pereira Passos: biografia e história*. Rio de Janeiro: A Noite, s.d.

BARBOSA, Rui. Tribuna Parlamentar – República In: *Obras seletas*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1955.

BARBOSA, Rui. *Obras completas*. Rio de Janeiro: MEC, 1952.

BARRETO, Dantas. *Conspirações*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1917.

BENCHIMOL, Jaime. *Pereira Passos, um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1982, 3 v. Dissertação de Mestrado.

BERGER, Paulo. *As freguesias do Rio antigo, vistas por Noronha Santos*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.

BERLINGUER, Giovanni. Saúde, colonialismo e subdesenvolvimento In: *Medicina e política*. São Paulo: Cebes/Hucitec, 1978.

CARVALHO, Estêvão Leitão de, Marechal. *Memórias de um soldado legalista*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1961/1964.

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CARVALHO, José Murilo de. *República e cidadanias*. Rio de Janeiro, (2), maio de 1984 (Estudos).
- CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na primeira República: o poder desestabilizador. *Cadernos do Departamento de Ciência Política*. Belo Horizonte, (1), março/1974.
- COOPER, Donald B. Brazil's long fight against epidemic disease, 1849-1917, with special emphasis on yellow fever. *Bulletin of the New York Academy of Medicine*. s.l., 51 (5), maio 1975 (second series).
- COSTA, João Cruz. *O positivismo na República: notas sobre a história do positivismo no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1956.
- COSTA, Nilson do Rosário. *Estado e políticas de saúde pública (1889-1930)*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1983. Dissertação de Mestrado.
- DUNLOP, Charles. *Rio Antigo*. Rio de Janeiro: Rio Antigo, 1963, 3 v.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Lisboa: Presença, s.d.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Rio de Janeiro: Globo, 1987, v. 2.
- FAUSTO, Bóris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1977.
- FRANCO, Odair. *História da febre amarela no Brasil*. Rio de Janeiro: DNERU, 1969.
- FRITSCH, Lilian de Amorim. *A urbanização do Rio de Janeiro Imperial, um problema de saúde pública: 1879/1889*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984, mimeo.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. O semeador e o ladrilhador In: *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- KLINGER, Bertoldo. *Parada e desfile duma vida de voluntário do Brasil na primeira metade do século*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.
- LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. s.l.: Ediouro, s.d.
- LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- LOBATO FILHO, General. *A última noite da Escola Militar da Praia Vermelha*. Rio de Janeiro: Pongetti, s.d.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, 2 v.
- MENDONÇA, Marina Gusmão de. *Desenvolvimento e miséria (as raízes da revolta de 1904)*. São Paulo: FFLCH-USP, 1988. Dissertação de Mestrado.
- MENEZES, Raimundo de. *Bastos Tigre e la belle époque*. São Paulo: Edart, 1966.
- NACHMAN, Robert. Positivism and revolution in Brazil's first republic: the 1904 revolt. *The Americas*, s. 1, 34, (1) julho/1977.
- NEEDEL, Jeffrey. Popular response to reform: the so-called Revolta contra Vacina of 1904. *Anais do Latin American Studies Association International Congress 12*. Albuquerque, New Mexico, s. ed., 1985.
- PEIXOTO, Demerval. *Memórias de um velho soldado*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.
- PORTO, Angela. *O pensamento positivista em relação à reforma urbana do Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984 (mimeo).

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições*. Niterói: UFF/ICHF, 1983.
- SANTOS, Joel Rufino dos. *Quatro dias de rebelião*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- SINGER, Paul et al. *Prevenir e curar: o controle social através dos serviços de saúde*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.
- SODRÉ, Emanuel de Almeida. *Lauro Sodré na história da República*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1970.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- VIEIRA, José. *O bota-abixo*. Rio de Janeiro: Selma, 1934.